

Impresso Especial  
9912313805-DR/GO  
CRP-09  
CORREIOS



Ano 06 nº 01 Agosto de 2016

# ELEIÇÕES PSICOLOGIA 2016

Pág. 8 e 9

## Assistência Social

Carta aberta defende SUAS

Págs. 4 e 5

## Doação de Órgãos

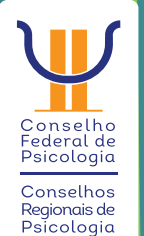
Psicóloga conta como é a atuação nesta área.

Págs. 14 e 15

## Balanco

Gestão destaca realizações dos últimos três anos.

Pág. 16



## Expediente

Conselho Regional de Psicologia  
9ª Região Goiás (CRP-09)

### DIRETORIA

Conselheiro Presidente:  
**José Henrique Lopes da Silva**

Conselheiro Vice-presidente:  
**Antônio Roberto de Melo Ferreira**

Conselheira Tesoureira:  
**Gérley Lopes Cardoso**

Conselheiro Secretário:  
**José Henrique Lopes da Silva**

### CONSELHEIROS EFETIVOS

Antônio Roberto de Melo Ferreira  
Eriko Netto de Lima  
Handersenn Shouzo Abe  
Helizett Santos de Lima (licenciada)  
Maria Virgínia de Carvalho  
Mayk Diego Gomes da Glória  
Raimundo Rocha Medrado Júnior (licenciado)  
Sandra Valéria Nogueira (licenciada)  
Simone Minasi  
Wadson Arantes Gama

### CONSELHEIROS SUPLENTE

Alba Cristhiane Santana da Mata  
Aurora Zanini Cesar  
Danilo Suassuna Martins Costa (licenciado)  
Eloise Elene Neves Barbosa  
Ionara Vieira Moura Rabelo

### Sede do CRP-09

Avenida T-2, Qd. 76, Lt. 18, nº. 803, Setor Bueno -  
Goiânia (GO)  
CEP: 74210-010

Telefone: (62) 3253-1785

Fax: (62) 3285-6904

Site: [www.crp09.org.br](http://www.crp09.org.br)

E-mail: [administracao@crp09.org.br](mailto:administracao@crp09.org.br)

### Revista R9

ISSN 2359-2303

Edição e Textos:

**Maria Cristina Furtado**

(JP 01906)

[imprensacrp09@gmail.com](mailto:imprensacrp09@gmail.com)

Projeto Gráfico / Diagramação:

**Rodrigo Silva Fernandes**

Impressão:

**Gráfica e Editora Renascer**

Tiragem – 7 mil exemplares



## Carta ao Leitor

# Rumos da Psicologia

**JOSÉ HENRIQUE LOPES DA SILVA,**

PRESIDENTE DO CRP-09

O Sistema Conselhos de Psicologia passa por um importante momento em 2016. As eleições para as novas gestões do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais acontecem a cada três anos em todo o Brasil. Para que a democracia se fortaleça ainda mais em nossa profissão, é imprescindível que os profissionais participem desse processo.

Nas páginas 8, 9 e 10, o leitor encontra todos os detalhes de como ocorrerá o processo eleitoral. Fique atento à necessidade de atualização de cadastro para que o psicólogo e a psicóloga consiga participar do pleito. Nessas páginas é possível também encontrar as informações sobre as chapas que disputam a gestão do Conselho Federal e o material eleitoral da chapa única que concorre no âmbito da 9ª região.

Mas para chegar neste momento das eleições, há todo um processo que começa alguns meses antes nos regionais. São realizados eventos preparatórios, em seguida os pré-congressos, e então o Congresso Regional de Psicologia (Corep). No Congresso, os delegados escolhidos nos eventos anteriores discutem as propostas levantadas pela categoria nos pré-congressos e votam sobre quais irão para apreciação no Congresso Nacional de Psicologia (CNP). É neste momento do Corep que também são inscritas as chapas que vão disputar a gestão. Durante este processo, o profissional consegue fazer com que suas reivindicações sejam ouvidas e, assim, novas diretrizes são criadas para a profissão. Por isso é muito importante que todos participem!

Outro importante assunto que contemplamos nesta edição da R9 é a violência sexual contra a mulher. Convidamos a psicóloga Lesine Santana Borges, que tem amplo estudo sobre o assunto, para assinar um artigo sobre a temática. (Pág. 11).

Outra colaboração valorosa é a entrevista concedida pela psicóloga Simone Skaf Abdala sobre a atuação do profissional da Psicologia na área da doação de órgãos. Veja o quanto é importante o acolhimento à família

que passa pela situação do luto e precisa decidir sobre a doação. (Pág. 14 e 15).

Nas páginas 4 e 5, publicamos a “Carta Aberta em Defesa da Política Pública de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. Ela foi redigida a partir de uma discussão que aconteceu na última Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos. Este importante documento dá luz aos desafios enfrentados por quem atua ou precisa do SUAS. Leitura imprescindível.

Já na página 3, trazemos as informações sobre as atividades desenvolvidas pelas nossas Comissões Permanentes de Orientação e Fiscalização e de Orientação e Ética.

E mais uma vez a gestão VIII Plenário Forte: Fortalecendo a Profissão realizou o Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. O evento está em sua sexta edição e se tornou tradicional no calendário da Psicologia em Goiás. Este ano, a programação ficou ainda mais extensa e contemplou diversas temáticas que permeiam a atuação profissional. Saiba mais nas páginas 12 e 13.

Para fechar com ‘chave de ouro’ essa carta ao leitor, gostaria de agradecer à categoria, em nome de todo o VIII Plenário CRP Forte: Fortalecendo a Profissão, pela confiança que depositaram em nós no desempenho das atividades de gestão do nosso CRP-09. A missão não é fácil, porém é gratificante participar e lutar para que a Psicologia seja essa importante profissão e que tanto colabora com a saúde da nossa sociedade. Nós nos despedimos da gestão do Conselho em setembro próximo, com a certeza de que todo o esforço empenhado não foi em vão, como podem ver na página 16. E lembramos mais uma vez que o Conselho é a casa do psicólogo e da psicóloga. Venha, participe, traga suas ideias, suas críticas. Somente com união é possível alcançar as conquistas que almejamos.

Obrigado e boa leitura!

## COE E COF

# COE e COF fazem balanço do trabalho realizado

As Comissões Permanentes de Orientação e Ética (COE) e de Orientação e Fiscalização (COF) atuam diretamente no exercício profissional do (a) psicólogo (a). Elas têm uma grande importância para o andamento das atividades precípuas do Conselho.

Para garantir a efetividade do trabalho no CRP-09, foram empenhadas ações para organizar e dar celeridade aos processos que chegam à Comissão de Ética. Os dados da comissão apontam que houve um avanço nos trâmites dos processos e representações acumuladas dos anos anteriores (2004 em diante) e que foram regularizados a partir de 2010.

As orientações são realizadas pelas duas comissões de acordo com as demandas da sociedade e profissionais que procuram o Conselho. E também através de palestras e de visitas em locais de atuação do (a) psicólogo (a). As faculdades recebem as Analistas de Fiscalização e Orientação, Conselheiros e Colaboradores das comissões para palestras com os estudantes de Psicologia. Neste último semestre, a PUC Goiás e a Faculdades Lions foram visitadas pelas equipes do CRP-09.

No 6º Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, que aconteceu em maio, as comissões realizaram duas oficinas com as seguintes temáticas: “Registro Documental: Aspectos Éticos e Legais” e “Documentos Psicológicos: Aspectos Éticos e

Legais”. Na ocasião, foi abordada a Resolução CFP Nº 007/2003, que dispõe do “Manual de Elaboração de Documentos Escritos”, e orienta o profissional de Psicologia na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas e fornece os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita.

### Nota Técnica – Psicologia na Assistência Social

A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou e publicou a Nota Técnica nº 001/2016, que complementa as informações da Resolução CFP Nº 007/2003.

A nota técnica trata de “Orientações sobre documentos elaborados por psicólogas e psicólogos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. Ela tem por objetivo “explorar recomendações referentes à produção de documentos elaborados por psicólogas e psicólogos no SUAS, tema instigado por profissionais que atuam na política de Assistência Social, em interface com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com suas dúvidas e questionamentos”. A nota técnica na íntegra está disponível no Portal do CRP-09 e no site do CFP.

### Atividades da COF no 1º semestre/2016



### COE - 29 denúncias durante a gestão





## ASSISTÊNCIA SOCIAL

# Carta aberta em Defesa da Política Pública de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

O documento foi aprovado e assinado pelo Conselho Federal de Psicologia e por vários Conselhos Regionais, inclusive o CRP-09, na última Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos

A Constituição Federal (1988), ao garantir direitos sociais e humanos historicamente negados e violados, contribuiu para o desenvolvimento deste país e de sua população. O Brasil vivenciou, nos últimos anos, grandes transformações no campo social, com a redução da pobreza, com a forte redução da mortalidade infantil, com o exitoso combate à fome, com a melhora nos índices de escolaridade, com a ampliação do acesso à água – em especial nas regiões do semiárido -, com a ampliação dos espaços de participação popular, com o crescimento no investimento e na oferta das políticas públicas, como a de assistência social, educação, saúde, cultura, moradia, saneamento.

Entretanto, ainda temos muitos desafios a serem vencidos para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, de oportunidades e de proteção para todos e todas, uma sociedade que considere e respeite as diversidades e que promova o bem coletivo. Enfrentar esses desafios é, prioritariamente, função do Estado, que deve zelar pelos interesses sociais, garantindo a dignidade e o direito à vida de toda população. Essas são premissas fundantes da Constituição Federal.

A partir dela é que a Assistência Social conquistou o status de política pública não contributiva que, juntamente com Saúde e Previdência Social, compõe a Seguridade Social, e promove proteção social, defesa e garantia de direitos à população brasileira, de forma articulada às demais. Essa garantia está ratificada na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), expressa na Política Nacional de Assistência Social (2004) e organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi incorporado pela Lei nº 12.435/2011. Este sistema está presente em todo o território nacional, com um rol de serviços, programas e benefícios ofertados à população por uma ampla rede socioassistencial.

Dessa forma, a Política Nacional de Assistência Social é hoje organizada e realizada, de forma descentralizada e compartilhada entre os entes federados, sendo a sua oferta uma função pública, dever do Estado e direito do cidadão.

Muitos trabalhadores, estudiosos, militantes e diferentes movimentos sociais lutaram e permanecem lutando pela efetivação e aperfeiçoamento do SUAS. Nos últimos anos, esse Sistema foi incorporado na sociedade como política pública indispensável à proteção social das pessoas mais vulneráveis e que vivenciam situações de violação de direitos.

O SUAS atende milhões de brasileiros em todo o território nacional, com ofertas públicas organizadas por níveis de proteção – Proteção Social Básica e Especial – esta, de Média e Alta Complexidade.

Conta atualmente com uma rede socioassistencial pública-estatal de mais de 10.000 centros de referência básicos e especializados (CRAS, CREAS e Centros POP). Além disso, cerca de 18 mil entidades e organizações de assistência social integram essa rede. Anualmente, mais de 1,9 milhão de famílias são acompanhadas, assistidas e apoiadas pelas equipes de referência de proteção social dos serviços socioassistenciais. Quanto aos benefícios e transferência de renda, hoje são 4,2 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e 13,9 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Há também milhares de famílias que recebem benefícios eventuais para suprir necessidades imediatas e urgentes. Com relação aos profissionais que atuam nessa política, atualmente, o SUAS conta com cerca de 600 mil trabalhadores em todo o território nacional.

Esses dados demonstram o alcance do SUAS e da política de assistência social e apontam a sua importância para a redução do cenário de desigualdade e injustiça social no país.

A política de assistência social e o SUAS já estão consolidados e incorporados na sociedade. Para o período atual, há que se enfrentar alguns desafios, visando o seu aperfeiçoamento e a ampliação dos direitos dos usuários, tais como: a universalização do SUAS, com vistas a alcançar de forma qualificada as populações e territórios de comunidades e povos tradicionais, populações do campo, população LGBT, entre outras que requerem proteção social; a melhoria da qualidade no atendimento à população, de forma a consolidar a profissionalização do SUAS, com quadros profissionais estáveis e qualificados para atender e responder às complexas demandas, superando o voluntarismo, o improvisado, o preconceito contra o usuário e a ação caritativa; a melhoria da qualidade da gestão da política, com o objetivo de promover maior eficiência e efetividade, com quadros próprios e estáveis de profissionais qualificados, com competências que contribuam para os objetivos do SUAS, com cargos de gestão ocupados por pessoas com conhecimento, experiência e compromisso com a área, superando a prática e lógica do primordismo na assistência social; o aprimoramento dos meios de avaliação de resultados; entre outros.

Frente ao momento político vivenciado no Brasil, do qual não podemos nos isentar, deixamos registrado o posicionamento de defesa da política de assistência social e do SUAS e de recusa a retrocessos no que diz respeito à garantia de direitos sociais. Assim, não compactuaremos com propostas, decisões e ações que impliquem em:

- Redução e descontinuidade dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- Redução e descontinuidade do cofinanciamento a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Retrocesso na profissionalização e na política de valorização dos trabalhadores do SUAS, que afetem a implementação da NOB-RH/SUAS, da Política Nacional de Educação Permanente e a manutenção da Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS, instância paritária de negociação entre gestores e trabalhadores do SUAS;
- Retrocessos na estruturação da gestão do SUAS no órgão gestor federal, responsável por realizar a coordenação nacional da Política;
- Desmonte dos equipamentos e equipes de referência que operam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como o Cadastro Único, cuja operação por essas equipes já está instituída e vem garantindo o atendimento e acompanhamento qualificado das famílias;
- Descumprimento das normativas e pactuações do SUAS.

A principal dívida do Estado deve ser com o seu povo! Nenhum direito a menos!



## COREP



Mesa diretora do COREP  
Psicólogos conduziram os trabalhos durante os três dias.

## IX Congresso Regional de Psicologia em Goiás levanta propostas para evento nacional

No evento, psicólogas e psicólogos debateram demandas da categoria e votaram os pontos para serem apreciados no Congresso Nacional de Psicologia

O Conselho Regional de Psicologia 9ª Região realizou nos dias 28, 29 e 30 de abril o IX Congresso Regional de Psicologia (Corep), na Faculdade Estácio de Sá, em Goiânia (GO). Cerca de 95 psicólogos e psicólogas, além de representantes dos estudantes de Psicologia, estiveram presentes no evento.

No primeiro dia, aconteceu a inscrição dos delegados e as boas-vindas aos participantes. Logo em seguida, foi feita a eleição da Mesa Diretora e a leitura e aprovação do Regimento Interno do Corep. Após o intervalo, os delegados foram divididos em três grupos para a discussão dos eixos temáticos. Cada grupo elegeu um coordenador e um relator.

Na abertura, o então presidente do CRP-09 e delegado eleito do Corep, Wadson Arantes Gama, ressaltou que este é um dos momentos mais importantes para a categoria, pois é quando o profissional da Psicologia consegue contribuir com o Sistema Conselhos a fim de melhorar a prática profissional. "As propostas vieram dos vários pré-congressos que realizamos no interior do Estado e em Goiânia. É um momento de contribuição e de troca entre a psicóloga e o psicólogo e o Conselho", afirma.

### Eixos

As discussões nos eixos continuaram no segundo dia. As três temáticas foram: "Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade"; "Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos"; e "Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos".

A coordenadora do Eixo 1, a psicóloga Ângela Pinto, destacou que o grupo de profissionais foi muito participativo e

ressaltou que já tinha experiência com a temática Sistema Conselhos. "Nossas propostas foram todas aprovadas na íntegra e nos sentimos gratificados por isso. Contamos também com a presença do atual conselheiro do CRP-09, Eriko de Lima, no grupo. Isso nos ajudou a respaldar e entender quais propostas já estavam contempladas no Sistema Conselhos", explica.

No Eixo 2, o debate foi conduzido pela psicóloga Marciclene de Freitas Ribeiro. Segundo ela, o grupo contou com a participação de profissionais de várias áreas da Psicologia e, mesmo assim, ocorreu uma boa integração entre eles. "A discussão das propostas foi em conjunto e teve uma participação ativa, com um movimento de construção e de preocupação com a área de extensão e pesquisa, o que considero muito importante", afirma.

O Eixo 3 foi coordenado pela psicóloga Anairam Gamper que avaliou as discussões como produtivas. "Discutimos diretrizes e reavaliamos alguns pontos para melhorá-las. Precisamos fazer uma seleção das propostas, pois só podemos encaminhar dez para o CNP", diz.



## CNP

No terceiro dia foi realizada a plenária e, em seguida, a eleição dos delegados que participarão no Congresso Nacional de Psicologia (CNP). A estudante de Psicologia Priscila Gonçalves Correa Lelis também foi escolhida para participar do Congresso Nacional.

### Foram eleitos delegados os (as) seguintes psicólogos (as):

Wadson Arantes Gama  
Handersenn Shouzo Abe  
Divino de Jesus da Silva Rodrigues  
Simone Minasi  
Alba Cristhiane Santana  
Eriko Netto de Lima  
Glauce Kelly  
Murillo Rodrigues dos Santos  
Ivone Felix de Sousa  
Sander Samuel  
Marciclene de Freitas

### Suplentes:

Anairam Gamper  
Rodolfo Gonzaga  
Ângela Pinto  
Valéria Ferreira  
Alciene Alves Ferreira  
Marco Aurélio da Silva  
Maria Silveira Messias  
Lyrís Meruvia Pinto  
Alessandra Povoá



## Veja como foi o 9º Congresso Nacional de Psicologia

Delegados e delegadas de Goiás participaram do 9º Congresso Nacional de Psicologia (9º CNP), que aconteceu entre os dias 16 e 19 de junho, em Brasília (DF). No evento, os (as) participantes debateram as 329 proposições advindas dos 23




9º CNP  
Delegação de Goiás participou do evento nacional em Brasília que discute os rumos da Psicologia.

Congressos Regionais de Psicologia (Corep) realizados na etapa anterior. Elas foram divididas em três eixos e compiladas pela Comissão Organizadora Nacional (Comorg) por afinidade temática.

A delegação goiana ressaltou que três temáticas que permeiam as atividades da Psicologia tiveram destaque no CNP e avançaram enquanto questões importantes para a categoria: Educação, Trânsito e Assistência Social.

O objetivo do Congresso Nacional de Psicologia é promover a organização e a mobilização das (os) psicólogas (os) para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, definindo políticas nacionais a serem implementadas e/ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia entre setembro de 2016 e setembro de 2019 e garantindo a participação direta dos (as) profissionais no processo de deliberação acerca das ações do Sistema Conselhos de Psicologia no próximo triênio. É, também, espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão ao mandato do Conselho Federal de Psicologia (CFP), na gestão de 2017 a 2019. (Com informações do CFP).





# ELEIÇÕES PSICOLOGIA 2016

## Sistema Conselhos de Psicologia realiza Processo Eleitoral

Psicólogos e Psicólogas de todo o Brasil escolhem gestores do CFP e dos CRPs para o triênio 2016/2019

2016 é o ano em que o Sistema Conselhos de Psicologia realiza a eleição das novas gestões dos Conselhos Regionais e Federal. A votação acontecerá em duas modalidades: por correspondência e pela internet. A partir das 8 horas do dia 24 de agosto até 17 horas do dia 27 de agosto, o psicólogo e a psicóloga poderão realizar o voto on-line, no site [www.eleicoespsicologia.org.br/](http://www.eleicoespsicologia.org.br/). No dia 27, os Regionais serão postos de votação on-line entre 8h e 17h, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país.

Podem votar os (as) psicólogos (as) que, no dia 27 de agosto de 2016, estejam em dia com suas anuidades até o ano de 2015, mesmo que tenham parcelado algum débito, bem como em pleno gozo de seus direitos. É importante que esteja atualizado o cadastro profissional (CPF, endereço postal, endereço eletrônico, telefone celular).

Para efeito do processo eleitoral, a conferência dos dados e/ou alterações devem ser feitas até o dia 4 de agosto diretamente com o CRP onde o profissional está inscrito. Desde o dia 7 de julho está disponível no site do Sistema Eleitoral a opção "Colégio Eleitoral", na qual é possível consultar se o (a) psicólogo (a) está apto (a) a votar. É importante que o (a) psicólogo (a) realize essa consulta antecipadamente para garantir tempo hábil para a solução de algum problema. Caso o nome não pareça, o profissional deve procurar o CRP em que está inscrito para verificar a existência de problemas em seu registro e/ou débitos.

O voto é obrigatório aos profissionais. Ele é facultativo apenas aos que já completaram 70 anos de idade. Caso seja necessário justificar o voto, o profissional tem o prazo de até 60 dias após as eleições para emitir sua justificativa no site das eleições.

### Voto por Correspondência

O voto por correspondência será enviado a todos as (os) psicólogas (os) que residem a mais de 50 km de distância de posto de votação do seu CRP, juntamente com as orientações para a votação pela internet. Caberá à (ao) psicóloga (o) esco-

lher a modalidade de votação a ser utilizada, sendo que, em caso de duplicidade, o voto por correspondência será descartado pela Comissão Regional Eleitoral. Ao receber o kit de votação, a (o) psicóloga (o) deverá seguir as orientações do Manual de Votação para efetivação do voto.

O voto remetido ao CRP sob registro postal somente será computado se chegar à Mesa Eleitoral Especial, na sede do CRP, até o momento de encerrar-se a votação, sendo este o único critério para esse fim, excluindo-se todos os demais, inclusive a data de postagem. Os votos que não chegarem ao CRP até o momento de encerramento da votação serão utilizados para justificativa de voto se a (o) psicóloga (o) reme- tente estiver apta (o) a votar e tiver postado a carta-voto antes das eleições.

(fonte: CRP-09 com CFP)

## Comissão Eleitoral do CRP-09

### Membros Efetivos

Narcisa Pimentel Tartuce  
Verônica Castilho de Albuquerque Araújo  
Edna Maria Chaves

### Membros Suplentes

Jamil de Castro El Khouri  
Walúzia Miranda Flôres  
Marise de Andrade



## Veja quem são os candidatos à eleição do Conselho Federal de Psicologia

### Chapa 21 – Renovação da Psicologia

Ana Maria Martins Serra  
João Gabriel Ganej Domingues  
Luís Flávio Chaves Anunciação  
Alan Ricardo Sampaio Galleazzo  
André Luiz de Carvalho Braule Pinto  
Valbia Cristiane Cordeiro Alves  
Iana Maira Sandri  
Carlos de Paula Portela  
Karine Belmont Chaves  
Renata Borja Pereira Ferreira de Mello  
João Batista de Oliveira Filho  
Simone Miranda Felipe  
Kátia Silvana Bezerra Brasileiro  
Marcelo de Souza Bomfim  
Eliana Biasoli de Mello Rezende  
Sthefany Ramayane de Araújo Flor  
Juliana Lustosa Braz  
Taís Reis de Araújo e Silva  
Neusa de Oliveira Santos  
Roze Meire Castro Bueno e Vasconcelos  
Laís Pereira Khoury  
Andrea Scalon Gonçalves

### Chapa 22 – Fortalecer a Profissão

Rogério de Oliveira Silva  
Raquel Souza Lobo Guzzo  
Valeska Maria Zanello de Loyola  
Mariana Patitucci Bacellar  
Dorotéia Albuquerque de Cristo  
Moara de Oliveira Gamba  
Wadson Arantes Gama  
Carolina Freire de Carvalho de Carvalho  
Ari Gomes Pereira Júnior  
Roberto Moraes Cruz  
Tássio de Oliveira Soares  
Maria José Gontijo Salum  
Wedna Cristina Marinho Galindo  
Silvana Queiroga da Costa Carvalho  
Carmem Beatriz Neufeld  
Madge Porto Cruz  
Meire Nunes Viana  
Eveli Freire de Vasconcelos  
Simone Biangolino  
Jenny Milner Moskovics  
Rosângela Francischini  
Adriano de Lemos Alves Peixoto

### Chapa 23 – Cuidar da Profissão: avançar a Psicologia com ética e cidadania

Rogério Giannin  
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
Norma Celiane Cosmo  
Iolete Ribeiro da Silva  
Clarissa Paranhos Guedes  
Marisa Helena Alves Batista  
Júnia Maria Campos Lara  
Rosane Lorena Granzotto  
Fabian Javier Marin Rueda  
Célia Zenaide da Silva  
Maria Márcia Badaró Bandeira  
Daniela Sacramento Zanini  
Paulo Roberto Martins Maldos  
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo  
Jureuda Duarte Guerra  
Andréa Esmeraldo Câmara  
Regina Lúcia Sucupira Pedroza  
Sandra Elena Sposito  
Cleia Oliveira Cunha  
Elizabeth de Lacerda Barbosa  
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa

### Chapa 24 – Psicólogos em Ação

Letícia Colombo Medeiros Ferraz  
Cláudia Olívia Cesco Ribeiro Harfouche  
Arlindo Manoel da Conceição Junior  
Sérgio Paulo Grycuk  
Rachel Gonçalves Cardoso  
Soraia Audrey Pereira Magalhães Lisboa  
Ana Lidia Ferreira Ramos e Fleury do Nascimento Agel  
Rosangela Aparecida Rossi Andreossi Rodrigues  
Deuza Maria de Avellar  
Ivana Fernandes da Rocha Alves  
Mariangela Dias Valviessse de Oliveira  
Carmelina Gomes de Souza  
Regina Helena Silva Neves  
Fabrícia Porto Macedo  
Flavio Fam Alexandre  
Auristela Lopes Brasileiro de Moraes  
Alzira Caroline Ferreira Oliveira Pareja  
Diana de Sousa Araújo Barros  
Solange Cristina dos Santos  
Débora Lucia de Anunciação Porto  
Mackill Lima Vasconcelos  
Claudia Correia de Melo



# Violência contra a mulher

## Visibilidades que fazem (se) políticas

A violência contra a mulher não é algo novo. Esse tema tem permeado a vida das mulheres a tempos! Mas, então, qual a novidade? No meu ponto de vista, a novidade é a necessidade de romper com a cultura do segredo. Ao narrar publicamente suas experiências, as mulheres desafiam os limites do privado, possibilitando importantes movimentos de releitura e ressignificação.

A visibilidade dessas histórias abriu espaços para reconhecimento, identificação possibilitando que outras mulheres se sentissem também encorajadas a mudar seus “destinos”. Outro movimento mais amplo lança a questão da violência não como um problema individual, mas sim como um problema de todos (as), a ser combatida por todos (as), incansavelmente.

Não vou me deter nas possíveis causas da violência contra a mulher, muitos já o fizeram. Mas, gostaria de retornar ao meu argumento inicial sobre a potência de romper com a cultura do segredo. A revelação não como um ato confessional, mas sim como afirmação de novos modos de existir, mais integrados e libertários. Narrar, seja na forma oral ou escrita é uma das formas de desafiar as normas de gênero, tão bem sintetizadas nos termos “bela, recatada e do lar”, rompendo o ciclo da violência. Onde há dominação, há resistência, já dizia Michel Foucault (2004).

O episódio do estupro coletivo que aconteceu no Rio de Janeiro, alvo de grande repercussão expõe de forma contundente os contornos e paradoxos de um tipo de violência que infelizmente ainda é muito recorrente no nosso país. Fruto de uma cultura machista, preconceituosa e misógina - sentimento de desprezo ou aversão às mulheres ou ao feminino (vários dicionários) – a violência contra a mulher encontra no estupro sua forma mais perversa, expressa na ação de apropriação e tentativa de

destruição desse feminino cujo ápice é a culpabilização das vítimas. Não por acaso que o estupro e outras violências sexuais têm sido utilizados como forma de demonstração de dominação, de virilidade, de assujeitamento causando sentimentos como vergonha, repulsa, humilhação e se configure com uma das mais terríveis ameaças a integridade física e mental das mulheres. No caso específico do Rio de Janeiro, o tamanho da violência teve como uma resposta à altura. Nunca se viu tantas ações políticas, sobretudo nas Redes Sociais instigando debates, organizando manifestações, clamando por justiça. Importante dizer que a Psicologia por meio de seus Conselhos se fez presente.

Mas o que a Psicologia tem a dizer sobre a violência contra as mulheres? Historicamente, a Psicologia tem sido recorrentemente convocada na formulação, articulação e disseminação de discursos sobre gênero e sexualidade. Muito da produção discursiva do campo psi foi influenciada pelas ciências médicas e sexológicas, as quais, por sua vez, privilegiavam aspectos descritivos dos comportamentos sexuais e, com frequência, apresentavam conclusões de tendência normativa e disciplinar.

As teorias e práticas psi regulam as possibilidades de gênero, podendo ou não estar a serviço de manter ordens hierárquicas. Ao longo da história, a produção teórica da psicologia, compreendeu mais as diferenças do que as semelhanças entre os sexos, a fim da manutenção de lógicas polarizadas e contrastadas; da cisão entre vida pública e vida privada; divisão entre o pessoal e o político, dentre outras máximas. Somente a partir dos anos 1990, estudos de gênero desenvolvidos na Psicologia, sobretudo por psicólogas feministas, passam a se preocupar em evidenciar como as diferenças percebidas entre os sexos foram politicamente convertidas



**Lenise Santana Borges**

Mestra pelo Institute of Woman and Development (1995), doutora em Psicologia Social pela PUC/SP (2008), professora da graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da PUC/GO, co-fundadora e coordenadora do Grupo Transas do Corpo (1987). Contato: esinel@uol.com.br.

em desigualdades e assimetrias para justificar o sistema de opressão e de exclusão das mulheres dos espaços de poder (Narvaz, 2009).

Martha Narvaz (2009) alerta para o efeito da verdade produzido pelos discursos científicos sobre os sujeitos foi demonstrada empiricamente, atestando o poder das teorias psi, mais do que de outros discursos, de estabelecerem verdades. Essa produção de “verdades” volta-se sobre os sujeitos, produzindo efeitos que regulam a produção de subjetividades. Portanto, as teorias psicológicas fazem (se) políticas, queiramos ou não.

Gênero e sexualidade são elementos estruturantes da sociedade, e não podem mais ser ignorados ou tratados como questões de “menos valor”, porque casos como o da moça estuprada no Rio de Janeiro, nos escancaram tal realidade. Por essa e outras questões, acho de fundamental importância que sejamos capazes de nos perguntar como temos formado nossas (os) alunas (os), como temos inserido perspectivas mais críticas, mais sintonizadas com o tempo presente e as demandas sociais. É urgente que nós, profissionais da Psicologia, façamos o exercício entre o micro e o macro, para não nos perdermos em uma clínica sem visão do mundo social, e vice-versa.

## PROPOSTAS

### 1) Empregabilidade:

- Fortalecer a Comissão de Empregabilidade;
- Incentivar o aumento de vagas, a melhoria das condições de trabalho e a publicação de editais para concursos e processos seletivos que valorizem o respeito profissional;
- Desenvolver ações de esclarecimento junto aos gestores públicos acerca das atribuições e importância do psicólogo nas diversas áreas de atuação que estejam em consonância com o código de ética profissional da (a) psicóloga (a);
- Apoiar o fortalecimento de ações sindicais em defesa das 38 horas, isonomia e piso salarial, e apoiar as lutas das entidades representativas da categoria;
- Fortalecer a identidade do (a) psicólogo (a) e divulgar suas atribuições profissionais junto à sociedade;
- Apoiar as associações de Psicologia para o fortalecimento do exercício do profissional no Estado de Goiás;
- Estabelecer parcerias com as diversas associações profissionais e acadêmica de Psicologia com o objetivo de promover o debate e contribuir com a ampliação dos diversos campos de atuação profissional, respeitando a diversidade da Psicologia e a profissão;
- Intensificar as ações políticas junto ao Legislativo e ao Executivo com o objetivo de tornar obrigatória a presença de psicólogos (as) nas instituições de ensino da educação básica e em outras áreas;

### 2) Exercício Participativo e Descentralizado:

- Desenvolver uma gestão democrática e participativa, estimulando a participação de todos (as) os (as) conselheiros (as) eleitos (as) (titulares e suplentes) nas reuniões plenárias do Conselho, valorizando o papel das comissões permanentes e especiais, e estruturando grupos de trabalho com temáticas voltadas aos anseios da categoria;
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão com o fortalecimento da Ouvidoria e a continuidade da divulgação das informações no portal do CRP-09, previstas na Lei de Acesso à Informação, como a publicação dos relatórios de gestão, apresentação de todas as despesas e valores arrecadados, divulgação dos editais, licitações e contratos, relatórios de auditorias, dentre outros;
- Ampliar a participação dos psicólogos (as) de todas as regiões do Estado, por meio de comissões regionais, que irão contribuir com o planejamento da gestão e com a realização de ações descentralizadas que contemplem as pluralidades da Psicologia e as especificidades regionais;
- Criar a Comissão de Historiografia da Psicologia do Estado de Goiás;
- Organizar uma comissão para o acompanhamento jurídico dos diversos projetos de leis estaduais e municipais relacionados à Psicologia e à atuação do profissional;
- Promover debates com a categoria e as instituições formadoras sobre a licenciatura em Psicologia, de acordo com as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Psicologia (Resolução CNE/CES no, 5 de 14/03/2011).

### 3) Estrutura Física e Administrativa:

- SEDE DO CRP:** concluir os procedimentos licitatórios para reforma com ampliação da sede do CRP garantindo acessibilidade, espaço amplo para reuniões, cursos e eventos com a compra de móveis e equipamentos voltados para a melhoria das condições de trabalho dos funcionários e prestação de serviços mais adequados aos (as) psicólogos (as);
- Otimizar os fluxos e processos administrativos investindo em qualificação do quadro funcional;
- Consolidar a política de parcelamento de débitos e da menor anuidade.

### 4) Referências técnicas e profissionais:

- Realizar uma avaliação diagnóstica do quadro técnico que possibilite um planejamento estratégico de longo prazo;
- Realizar a seleção para as funções técnicas visando a qualificação e a atualização dos profissionais;
- Realizar a participação nas associações de áreas de Psicologia para trocar e discutir com entidades relacionadas sobre a importância da psicologia na sociedade e no Estado de Goiás, considerando aspectos técnicos e éticos.

### Políticas públicas:

- Acompanhar, validar e executar as políticas públicas relacionadas com a Psicologia.





## POLÍTICAS PÚBLICAS

# CRP-09 realizou o 6º Seminário de Psicologia e Políticas Públicas

Veja como foi o evento que já faz parte do calendário de profissionais e estudantes de Psicologia em Goiás



Com o tema “O fazer da (o) Psicóloga (o) nas Políticas Públicas”, o Conselho Regional de Psicologia 9ª Região Goiás (CRP-09) realizou o 6º Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, nos dias 18, 19 e 20 de maio, na PUC Goiás. Um grande público prestigiou o evento, que foi organizado pelas seguintes Comissões do CRP-09: Assistência Social, Criança e Adolescente, Emergências e Desastres, Saúde, Direitos Humanos, Jurídica, Educação e Escolar, e o Movimento Plural Idades (Pessoa Idosa).

O seminário foi correalizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela PUCGoiás que, por meio do Núcleo de Pesquisas da Infância, Adolescência e Família (NIAF), realizou o I Simpósio deste Núcleo juntamente com o Seminário.

### Abertura

No dia 18 de maio, à noite, aconteceu a abertura do 6º Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, no auditório 1 da Área 2 da PUC Goiás. As atividades tiveram início com uma apresentação cultural da Cia de Teatro Senhoras do Cerrado.

Em seguida, foi realizada a mesa de abertura, composta pelo então presidente do CRP-09, Wadson Arantes Gama; pelo representante do Conselho Federal de Psicologia, Rogério Oliveira; pelo representante do Departamento de Psicologia da PUC Goiás, Divino de Jesus da Silva Rodrigues; pela representante da Superintendência de Gestão do Suas da Secretaria Cidadã de Goiás, Marciclene de Freitas Ribeiro; pela representante da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Rosana Moura; pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, psicóloga Tatiana Costa.

Wadson Arantes Gama, destacou a importância do papel do profissional da Psicologia em situações de conflito, citando o pacifista Mahatma Gandhi. “Olho por olho e o mundo acabará cego. A frase é muito pertinente ao momento que estamos vivendo, que é de muita intolerância na sociedade. E é neste ponto que o nosso papel enquanto psicólogos e psicólogas é fundamental”, ressaltou.

### Conferência

Após a solenidade, os presentes puderam assistir à conferência de abertura “O fazer das psicólogas e dos psicólogos nas Políticas Públicas”, com a psicóloga e membro da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do Conselho Federal de Psicologia (Conpas/CFP), Carla Andréa Ribeiro. Ela é especialista em Gestão de Projetos e mestre em Ciência da Informação. É analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte e atua na Assistência Social desde 1993. Também é professora em cursos de especialização e do Capacita Suas.

A palestrante dividiu a sua fala em três momentos: Políticas Públicas, Desenho Brasileiro e Psicologia (como ciência e como profissão) nas Políticas Públicas. “Não estamos caindo de paraquedas nas políticas públicas, porque tem que ter psicólogo nas equipes de Creas e Cras, o nosso conhecimento é necessário nesses espaços. São espaços conquistados”, destaca.

### Atividades

Durante os dias 19 e 20 de maio, cerca de mil inscritos prestigiaram as dezenas de mesas redondas, palestras, colóquios, conferências, minicursos, oficinas e mosaicos. Foram quase 150 profissionais ministrando atividades relacionadas às suas áreas de atuação e pesquisa.

As atividades tinham como principais temáticas a Assistência Social, Álcool e outra Drogas, Criança e Adolescente, Emergência e Desastres, Educação, Saúde, Justiça, Direitos Humanos, Pessoa Idosa e Trânsito. Além das subtemáticas que estão em cada uma delas.





## Simone Skaf Abdala fala sobre a Psicologia na doação de órgãos



Simone Skaf Abdala  
Psicóloga hospitalar - transplante de órgãos.

O (A) psicólogo (a) que trabalha na área hospitalar tem no transplante de órgãos um importante campo de atuação. Para entender sobre o quanto este profissional pode auxiliar as famílias que passam pela questão do luto e também para conseguir uma maior aceitação nas doações de órgãos, a revista R9 conversou com a psicóloga Simone Skaf Abdala. Ela é especialista em Psicologia Hospitalar pelo Hospital Araújo Jorge (GO), especialista em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, e está se especializando em Transplante de Órgãos pelo Hospital Israelita Albert Einstein (SP). É também psicóloga clínica e trabalha na Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos para Transplante do Estado de Goiás. Atuou ainda por 12 anos no Hospital Geral de Goiânia.

Confira:

### Como é a atuação do (a) psicólogo (a) na área de doação de órgãos?

O trabalho do psicólogo nesta área é algo positivo para a família e para as equipes (multiprofissionais), mas ainda não é um espaço que a nossa profissão

tem assegurado. Na formação das equipes de captação e nas equipes de transplante, não há uma lei que exija a presença do psicólogo. Goiás tem uma das únicas centrais estaduais de captação e distribuição de órgãos e tecidos no Brasil que conta com um volume maior de psicólogas. São oito. Nós fazemos o papel de acolher a família do doador. Quando um paciente entra numa unidade hospitalar com um nível da escala de Glasgow 3, utilização de ventilação mecânica, com o coma de causa definida, ele será submetido a um processo de protocolo para diagnosticar a morte encefálica, que é uma responsabilidade da unidade hospitalar. No caso, a central de transplantes entra na abordagem familiar depois que o protocolo foi fechado e depois de diagnosticada a morte encefálica. A equipe da UTI responsável pelo paciente comunica a família, que deve ser comunicada desde a abertura do protocolo. Este protocolo consiste em três exames: dois exames clínicos, um feito por um neurologista e um feito por um médico intensivista, e um exame gráfico e complementar, que comprova a inexistência de atividade cerebral. Depois que o médico notifica a situação à família e à central, e avaliado que esse paciente que morreu pode ser um doador, o psicólogo faz a abordagem à família. Mas a nossa intenção primeira não é a captação de um órgão e sim acolher a família nesse momento de dor. Outro local em que o psicólogo pode estar inserido é nas comissões intra-hospitalares de transplantes de órgãos. Existe uma comissão que é formada para localizar possíveis doadores e acompanhar a família desde o princípio. E, mesmo que o psicólogo não aborde a questão da doação antes de fechado o protocolo e confirmada a morte encefálica, aquela

família está sempre vendo o psicólogo por ali. Então, na hora da abordagem, ele não seria um estranho total.

### Como o (a) psicólogo (a) trabalha com a situação de luto em que vive a família do possível doador?

A principal função do psicólogo é acolher e ajudar para que a família tenha uma compreensão melhor desse processo, que muitas vezes acontece de uma morte súbita, como um acidente de trânsito ou um acidente vascular cerebral que evolui para uma morte encefálica. Então, entramos nesse acolhimento da dor e do luto, mas também na questão do tempo, que é muito importante para a doação de órgãos. Informamos que a escolha é um direito da família e que neste momento de dor eles podem ofertar o órgão do ente querido a fim de transformar a vida da outra pessoa. Dentro dos parâmetros de idade, que são os parâmetros clínicos, cada doador pode doar dois rins, dois pulmões, o coração, o fígado, o pâncreas, duas córneas, e também pele e osso, que em Goiás ainda não é captado. É um momento muito difícil para a família e é muito importante a presença do psicólogo.

### Qual a principal dificuldade que a equipe enfrenta em relação à família do paciente para que se aceite que ele seja um doador de órgãos?

Um dos obstáculos na aceitação ou não da doação é quando a família não é bem acolhida pela unidade hospitalar desde o princípio e fica sem informação sobre o parente dela. Muitas vezes os familiares falam assim: "durante todo

o tempo ninguém me deu atenção, cuidou de mim, agora que vocês estão pensando na captação de órgãos aparecem muitas pessoas para nos ouvir e nos ajudar?" Um segundo obstáculo é não falar sobre doação de órgãos em casa. É importante que comecemos a ter uma cultura de conversar com os nossos familiares sobre o que pensamos sobre o assunto, porque quem autoriza é a família em primeiro e segundo grau (pai, mãe, filhos, esposa). Não existe mais aquela lei que constava na carteira de identidade se a pessoa é ou não doador de órgãos. Outro obstáculo é o tempo entre a autorização da doação e a entrega do corpo à família, de 24 a 30 horas. Por isso, às vezes, a família opta por não doar. Esse é um processo que envolve muitas outras equipes e exames laboratoriais. Seguem cuidados médicos para que o implante depois seja viável para alguém. Outro aspecto a ser considerado também é o sofrimento, "o querer acabar logo com isso". Mesmo assim, de modo geral, nós temos conseguido aumentar muito as aceitações de doação.

### Como é o trabalho de conscientização da importância de ser doador?

Nós explicamos bem para a família como é o processo da morte encefálica, que muitas vezes, é de difícil entendimento. Ela entra para visitar o familiar no leito e ele está respirando, está quente, o coração está batendo. Mas, como o cérebro já parou, é feita a manutenção do potencial doador a fim de que os órgãos vitais não se deteriore. Se a família decide que não é doadora, é feito um retorno para a equipe que irá desligar os aparelhos que fazem essa manutenção. Essa é uma resolução prevista no Conselho Federal de Medicina, que fala que, sendo diagnosticada a morte encefálica e a família não sendo doadora, o médico tem o dever legal e ético de desligar os aparelhos. Esse conceito de morte não é só a morte do coração que parou, é a morte do cérebro que não recebe mais alimentação. Esse entendimento é importante para ajudar na elaboração do

luto posterior. Atualmente, o trabalho que a gente desenvolve com a família do potencial doador é nesse momento do acolhimento, durante o processo de captação, até a devolução do corpo para a família. Existe uma proposta que estou desenvolvendo na central de transplantes que é oferecer um atendimento em grupo para que essa família possa procurar, caso ela queira, e fazer um acompanhamento pós-transplante com a família doadora também. É uma proposta de acompanhamento por, pelo menos, o primeiro ano da doação. Mas essa é uma proposta que ainda será desenvolvida.

A lei que rege todos os transplantes é a Lei nº 9434/2006 e a Portaria que regulamenta é a Portaria nº 2600/2009. E tem uma resolução do Conselho Federal de Medicina que é a Resolução nº 1489/1997, que normatiza o diagnóstico de morte encefálica. Para fechar esse diagnóstico, o protocolo é o mesmo no país todo. E a Resolução do CFM nº 1826/2007 é a que dispõe sobre a legalidade e o caráter ético da suspensão dos procedimentos de suporte terapêutico quando da determinação da morte encefálica do indivíduo não doador. Tudo o que é feito nos transplantes, independente do profissional, se é psicólogo, enfermeiro ou médico, é regido pela legislação. Como trata de morte e de situações irreversíveis, tem que ser tudo dentro da legalidade. O psicólogo inserido nesse processo tem que ter uma boa compreensão de toda essa parte.

### Há receio, por parte das famílias doadoras, em relação a notícias sobre tráfico de órgãos? Isso é um fator que atrapalha as doações?

Durante as abordagens familiares nos hospitais, nós não percebemos que essa seja uma questão levantada. As dúvidas aparecem mais em campanhas de conscientização nas ruas, nos shoppings, nas escolas. Explicamos que existe um processo que envolve muitas pessoas, são feitos muitos exames específicos que indicam a possibilidade rejei-

ção do órgão, tem a questão da compatibilidade sanguínea. Ou seja, não é um processo simples. Quanto mais tivermos espaço para falar e esclarecer o assunto para a população, mais teremos o entendimento de que o tráfico de órgãos é uma situação muito improvável.

### Como lidar com a ansiedade do paciente que está esperando por um transplante e surge o órgão que será doado? Como trabalhar com a expectativa da cirurgia, do medo da rejeição do organismo e dos tratamentos pós-cirúrgicos?

Este acompanhamento não seria um papel da central de transplantes. Mas esta é uma parte usual da psicologia hospitalar, o atendimento à ansiedade pré e pós cirúrgico. A possibilidade da rejeição de um órgão implantado existe, mas hoje é mais controlada com a questão dos imunossupressores e da compatibilidade verificada antes do transplante, a fim de minimizar essas possibilidades. Tem órgãos que são eletivos. Por exemplo, um paciente renal pode esperar por um órgão que seja mais compatível, pois, enquanto isso, ele faz hemodiálise. Já um paciente de coração ou de fígado nem sempre pode esperar. Então, a relação da ansiedade, muitas vezes, é de vida e morte mesmo. No pós-transplante, o paciente tem um acompanhamento sistematizado da equipe. E esse é um acompanhamento em que a central fará em relação ao sucesso do enxerto, não necessariamente em relação ao aspecto psicológico. No pós-transplante, a pessoa também vai lidar não com uma cura absoluta, mas com uma qualidade de vida melhor. Os imunossupressores têm efeitos colaterais, o paciente tem que continuar com um acompanhamento sistematizado e faz exames periódicos. A pessoa continua sendo um paciente crônico, mas teve um salto na qualidade de vida. É um campo onde a Psicologia pode sim entrar e explorar, principalmente as especialidades da psicologia hospitalar.



## GESTÃO

# Psicologia em Ação

## VIII Plenário CRP Forte: Fortalecendo a Profissão destaca algumas das ações realizadas entre 2013-2016

O VIII Plenário “CRP Forte: Fortalecendo a Profissão” assumiu o CRP-09 em setembro de 2013. Com o foco em uma gestão democrática e participativa, o grupo priorizou desenvolver ações que valorizaram o fazer do (a) psicólogo (a) em suas diversas áreas de atuação.

Pautados pela ética e pela transparência, as atividades realizadas no CRP-09 foram divulgadas em nosso Portal e redes sociais. Em especial, as ações previstas na Lei de Acesso à Informação, como a publicação de relatórios de gestão, despesas e arrecadação, editais, licitações, contratos etc.

Outra pauta importante contemplada pela atual gestão foi o projeto de interiorização. O VIII Plenário alcançou o objetivo de descentralizar as ações do Conselho com diversas atividades desenvolvidas nas cidades do interior de Goiás, tanto com os profissionais quanto com os estudantes de Psicologia.

Os eventos realizados pela gestão, através das Comissões Especiais, buscaram contemplar as várias temáticas transversais que influenciam na atuação do (a) psicólogo (a). A exemplo do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, que entrou para o calendário da Psicologia em Goiás.

Uma ação de destaque foi a participação do CRP-09 como membro fundador do Movimento Plural Idades. Foram várias atividades alusivas à Pessoa Idosa, buscando melhorar a qualidade de vida de quem já passou dos 60 anos de idade.

O VIII Plenário se empenhou na consolidação do Congresso de Psicologia do Cerrado (Conpcer). As duas edições realizadas em Goiás foram um sucesso de público e de atividades, contemplando a atuação prática do (a) psicólogo (a) e a atuação acadêmica. Este ano, o Conpcer foi realizado pelo CRP-18, em Cuiabá (MT).

Sobre as reuniões de entrega de Carteiras Profissionais, o Conselho tem aprimorado esse encontro a fim de garantir informações básicas e necessárias sobre a relação dos profissionais com o CRP-09, e sobre as exigências para a sua atuação.

O CRP-09 se empenhou em lutas da categoria como a defesa das 30 horas semanais, do piso salarial e contra o Ato Médico, organizando caravanas de profissionais e estudantes até Brasília. O Conselho também atuou junto às instituições



públicas na busca por concursos públicos na área da Psicologia, pela criação do cargo de psicólogo (a), entre outras questões sindicais.

O VIII Plenário – CRP Forte: Fortalecendo a Profissão considera que muitas ações foram feitas, mas é preciso dar continuidade a este trabalho a fim de ampliar as conquistas e fortalecer cada dia mais a profissão e os profissionais da Psicologia de Goiás e do Brasil.

### Veja a atuação das Comissões Especiais do CRP-09:

- Comissão de Direitos Humanos: desenvolveu atividades como seminários e palestras abordando a maioria penal, a diversidade sexual, prevenção e combate à tortura, raça/etnia, identidades de gênero, violência, população em situação de rua, questões indígenas, minorias religiosas, discriminação etc;
- Comissão de Psicologia Clínica: realizou ciclos de palestras e seminários, enfocando discussões que permeiam a prática do (a) psicólogo (a) clínico, a exemplo da Neuropsicologia, da Cirurgia Bariátrica, Avaliação Psicológica, TCC etc;
- Comissão de Assistência Social: esteve a frente da realização do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. A atuação do (a) psicólogo (a) nesta área teve ampla discussão, inclusive com outros órgãos estatais e municipais, a fim de assegurar o exercício profissional e a contribuição essencial à sociedade;
- Comissão de Psicologia do Trânsito: se empenhou em questões sobre o credenciamento de psicólogos que fazem a avaliação psicológica para obtenção da CNH e o reajuste no seu valor pago em Goiás. Participou da luta nacional da inclusão da avaliação psicológica de CNH na tabela de honorários dos psicólogos (CFP/Fenapsi);
- Comissão de Psicologia Jurídica: os eventos da comissão sempre tiveram grande público, mostrando o interesse dos profissionais pelos temas abordados pela comissão, como abuso sexual, psicopatias, maioria penal, violência, etc;
- Comissão de Emergências e Desastres: levantou temáticas de atuação de psicólogos (as), através de reuniões e eventos, em situações de guerra e grandes catástrofes. Dessa forma, a comissão contribuiu para a construção de referências técnicas;
- Comissão de Psicologia na Educação: batalhou pela elaboração de um Projeto de Lei para inserção do (a) psicólogo (a) na rede pública de ensino municipal e/ou estadual. Elaborou importantes documentos de orientação nesta área.